ANÁLISE DE CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: aspectos teórico-metodológicos para uma avaliação em profundidade

Renan Moreira Nogueira[1]

RESUMO

Este artigo é parte de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC), contendo dados iniciais da análise de contexto da formulação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Busca-se apresentar, em uma perspectiva teórico-metodológica, a abordagem da avaliação em profundidade, inserida em uma agenda alternativa às avaliações dominantes, mais gerencialistas, centrando-se, neste trabalho, no eixo analítico do contexto de formulação do PDDE, para demonstrar como essa perspectiva avaliativa auxilia a compreensão de políticas educacionais, bem como os desafios metodológicos que a cercam. Trata-se de um fragmento de pesquisa em andamento, eminentemente qualitativa, que alia sua teoria com dados empíricos provenientes de análise documental, revisão bibliográfica e análise de conteúdo de material audiovisual sobre o contexto de formulação do PDDE.

Palavras-chave: avaliação; análise de contexto; PDDE

ABSTRACT

This article is part of the research in progress at the Federal University of Ceara, containing initial data from the analysis of the context in which the *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE) was formulated. It seeks to introduce, from a theoretical and methodological perspective, the in-depth evaluation framework, inserted in alternative agenda against dominant evaluations, which are more linked to managerialism, focusing, in this work, on the analytical topic of the context of formulation, to demonstrate how this evaluation framework helps the comprehension of educational policies, as well as its methodological challenges. It is a fragment of ongoing research, eminently qualitative, which combines theory with empirical data from the documentary analysis, bibliographic review, and content analysis of audio-visual material about the context of formulation of PDDE.

Keywords: evaluation; context analysis; PDDE

1 INTRODUÇÃO

A avaliação em profundidade de políticas públicas sociais (RODRIGUES, 2008, 2011, 2016, 2019) é uma proposta teórico-metodológica em desenvolvimento nos

[1] Universidade Federal do Ceará; Mestrando em avaliação de políticas públicas; renan.rmn@gmail.com

últimos treze anos, inserida em uma agenda pretensamente contra-hegemônica (CRUZ, 2019), especialmente na produção do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC), conforme aponta pesquisa de GUSSI (2019).

Essa perspectiva avaliativa filia-se à epistemologia hermenêutica, em meio a correntes pós-positivistas e que priorizam a dimensão da compreensão das políticas através de seus sujeitos (CRUZ, 2019), desempenhando uma avaliação multidimensional e densa da política.

De forma exemplificativa, Rodrigues (2008) sintetizou em quatro tópicos essenciais os eixos analíticos para se buscar uma avaliação em profundidade, quais sejam: (1) análise de conteúdo; (2) análise de contexto da formulação da política; (3) trajetória institucional de um programa; e (4) espectro temporal e territorial da política (RODRIGUES, 2008, p. 12).

Este trabalho tem como objetivo apresentar dados iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento que utiliza a abordagem da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008, 2011, 2016, 2019) sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para refletir sobre um desses quatro eixos analíticos, o da análise de contexto da formulação da política, e dos desafios metodológicos para operacionalizar esse aspecto na avaliação do programa.

Conforme Rodrigues (2008) aponta, a análise de contexto deve buscar dados primários e secundários para analisar as condições sociais, econômicas e políticas, compreendendo o momento em que foi formulada a política. Julga-se importante saber, portanto, como essa análise de contexto se diferencia de perspectivas mais tradicionais e como ela pode ser uma alternativa capaz de contribuir com a avaliação de programas educacionais como o PDDE.

Os dados parciais apresentados decorrem da construção do capítulo de análise de contexto do PDDE, que foi composto por análise documental (leis, decretos, portarias e documentos históricos), análise de conteúdo de materiais audiovisuais e revisão bibliográfica. Esse material será complementado por entrevistas abertas, porém, os dados provenientes dessa etapa não serão incluídos neste trabalho, por ainda ser uma fase em andamento.

Além desta introdução, este artigo se divide em três seções. A primeira é voltada para traçar um panorama breve sobre a dominância das avaliações gerencialistas no Brasil, nos anos 1990, e o início da divulgação científica de outras perspectivas avaliativas na década seguinte. A segunda seção explica o que a avaliação em profundidade entende como análise de contexto, indicando os pontos contrários às perspectivas gerencialistas. Por fim, a última seção aponta os desafios metodológicos encontrados na pesquisa em andamento para operacionalizar a análise de contexto da formulação do PDDE.

2 DAS AVALIAÇÕES GERENCIALISTAS À DIFUSÃO DE OUTRAS PERSPECTIVAS AVALIATIVAS NO BRASIL

Se a década de 1990 é caracterizada pelo fortalecimento da avaliação como uma etapa fundamental para as políticas públicas brasileiras (BOULLOSA et al., 2021; DE FARIA, 2005; RODRIGUES, 2008; TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2012), é possível relacionar esse ímpeto com a influência das diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), como lembra Rodrigues (2008), e, por sua vez, que esses processos estavam associados à própria concepção neoliberal que se tornava hegemônica no ocidente (HARVEY, 2005), caso notável do Brasil a partir dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, e da proliferação quase irrecusável do gerencialismo na esfera pública (DENHARDT e J. CATLAW, 2017). A avaliação de políticas públicas, portanto, naturalizou-se na dominância de uma gramática associada ao controle (OLIVEIRA, 2019), à *accountability*, presa no interesse técnico da mensuração.

Boullosa (2020) sublinha as armadilhas desse “gerencialismo despolitizado”, que ainda encontra adeptos atualmente, uma consequência das dicotomias que pareciam estar superadas, pelo menos academicamente (DENHARDT e J. CATLAW, 2017), como administração-política, fato-valor ou objeto/observador (BOULLOSA, 2020). Em outro sentido, isso nos lembra da possibilidade adicional de haver uma racionalidade neoliberal que tem provocado transformações nas cidades e nas almas BROWN (2016), portanto, com impacto nas políticas públicas sociais, e que nos impele a aderir uma agenda de pesquisa contra-hegemônica (BOULLOSA et al., 2021;

CRUZ, 2019; GUSSI; THÉ; PEREIRA, 2019), em um campo ainda dominado por tais gramáticas.[2]

Os conceitos e paradigmas que alimentam essa contra hegemonia já eram utilizados em âmbito internacional pelo menos desde a década de 1990, como destacou Rodrigues (2011), ao resgatar que seu artigo de 2008 era um esforço inicial de introduzir essas ideias no Brasil.

Nesse sentido, Rodrigues indica a obra de Dvora Yanow, *Conducting interpretive policy analysis,* e de Lejano (2006) como exemplos de difusão desses paradigmas ainda no final dos anos 1990, ao que podemos acrescentar também a de Frank Fischer (1995), autor estadunidense, que já apontava em seu livro, *Evaluating Public Policy*, que as típicas abordagens sobre avaliação eram concentradas em enfatizar "como fazer" ou em criar "receitas" para avaliar, por exemplo, na descrição de metodologias empíricas e em como utilizá-las para averiguar se a política havia cumprido seus objetivos propostos.

Faria (2003) apontava, no início dos anos 2000, que as abordagens pós-positivistas em avaliação de políticas públicas não haviam ainda sido adotadas no Brasil. Dessa maneira, a proposta de Rodrigues (2008) faz parte do início desse movimento de divulgação científica de outras possibilidades de se avaliar e produzir conhecimento avaliativo no País. De maneira similar, pode-se apontar a obra de Gussi (2008), que resgata a noção de trajetória bourdieusiana como inspiração para sua proposta de compreensão da política através da reconstrução da trajetória institucional. Em uma perspectiva mais filiada à epistemologia crítica, indica-se a pesquisa de Ozanira Silva e Silva (2011) como grande contribuição a alternativas avaliativas.

Nesse enredo, essas perspectivas, da qual a avaliação em profundidade é um exemplo, apresentam-se como alternativas à visão tradicional, ainda enraizada em premissas positivistas, e atuam sobre a própria razão de ser da avaliação de políticas públicas sociais. O tema ainda não está superado e muito trabalho tem sido construído, mesmo nos últimos anos, na defesa de que a avaliação pode ser mais do que um relatório de gestão.

[2] Sem esquecer que temos um novo desafio virando a esquina que é o de uso de inteligência artificial, *machine learning* e *data science*, para avaliar políticas públicas, o que pode permitir um grande avanço na tecnologia disponível de processamento de dados e de uso de estatística, mas que, também, pode implicar em um novo jogo despolitizado de uma ciência supostamente neutra. Como o exemplo trazido por O'Neil (2016), em que professores na cidade de Washington foram demitidos por uma avaliação de impacto baseada em algoritmo, com pouca transparência, mas com presunção de irrefutabilidade, contra o qual a autora nos alerta, modelos são opiniões embutidas em matemática (O'NEIL, 2016)

3 ANÁLISE DE CONTEXTO NA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DE POLÍTICAS SOCIAIS

A autora da proposta da avaliação em profundidade de políticas públicas sociais, Lea Rodrigues, é antropóloga que, à época da publicação do primeiro artigo sobre o tema (RODRIGUES, 2008), coordenava o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC).

Sua intenção era introduzir conceitos e paradigmas já utilizados internacionalmente (RODRIGUES, 2011) para se opor à dominância de avaliações, que, em resumo, eram concentradas no aspecto da "mensuração" (RODRIGUES, 2008).

Nesse sentido, Rodrigues é influenciada pela abordagem defendida por Raul Lejano (2006), cuja polêmica consistia em questionar os modelos positivistas de análise, há muito dominantes na área de políticas públicas, ao argumentar que os métodos clássicos, derivados de uma lógica linear, em testes de hipóteses e na mensuração do objeto, constrangiam a aprendizagem e o entendimento a um modo predeterminado que impediriam a compreensão da política na forma como ela realmente ocorre e é experienciada por uma multiplicidade de atores (RODRIGUES, 2016).

A avaliação em profundidade, portanto, nasceu filiada ao paradigma hermenêutico, circunscrita a critérios compreensivos dos processos de políticas públicas através dos seus sujeitos.

> (...) tomando como premissa que toda proposta de avaliação está informada por pressupostos e concepções sobre ciência e sobre a prática científica, é importante ter clara a definição de avaliação que acompanha a pesquisa. As diferentes abordagens podem ser agrupadas, basicamente, em duas propostas distintas: uma que entende avaliação como "medida" e outra que privilegia o sentido de avaliação como "compreensão". Identificar-se com uma ou outra concepção faz toda a diferença na condução da avaliação. (RODRIGUES, 2008, p. 11)

Afirmar que a avaliação em profundidade se desenvolveu como uma proposta crítica ao positivismo é, também, enfatizar que ela percebe a avaliação tradicional como um saber fragmentado (RODRIGUES, 2016, p. 107) e, como oposição a essa forma de saber, colocava Lea Rodrigues (2008), a avaliação em profundidade deveria ser considerada como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional.

Por extensa e ampla, entende-se, em termos gerais, que não se restringe a averiguação de cumprimento de metas propostas pela política e seus resultados, tampouco está focada em verificar os itens priorizados por um programa, ou suas diretrizes (RODRIGUES, 2016).

Por outro aspecto, ao entender a avaliação como densa e detalhada, Rodrigues (2016, p. 107) assume a influência de Clifford Geertz, na busca por interpretar os "significados da política para os que a formulam, executam ou vivenciam".

Para operacionalizar a abordagem avaliativa, Rodrigues (2008) define quatro tópicos essenciais: 1) análise de conteúdo; (2) análise de contexto da formulação da política; (3) trajetória institucional de um programa; e (4) espectro temporal e territorial da política (RODRIGUES, 2008, p. 12).

Diante de dificuldades encontradas para compreender o significado de sua proposta, especialmente nas pesquisas do MAPP, a autora resgata esses tópicos, ou eixos analíticos, em diversos outros trabalhos (RODRIGUES, 2011; 2016; 2019). Por conta do recorte deste artigo, dar-se-á ênfase ao eixo da análise de contexto da formulação da política.

Em Rodrigues (2008), ao explicar o tópico de análise de contexto, a autora afirma ser necessário que o pesquisador/avaliador levante "dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política" (RODRIGUES, 2008, p. 11). Esse levantamento deve levar em consideração a articulação entre as esferas local, regional, nacional, internacional e transnacional.

Assim, é necessária a apreensão do "modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação" (RODRIGUES, 2008, p. 12), um levantamento de outras políticas e programas que mantenham correlação com a política avaliada e atenção ao marco legal, o qual deve ser articulado aos demais itens da análise de contexto.

Em Rodrigues (2011), a autora reconhece que sua proposta original não mencionou elementos de ordem simbólica, essenciais para compreender a dinâmica de políticas situadas em diferentes momentos históricos. Por isso, acrescenta a esse eixo de análise os aspectos culturais, como elementos étnicos, identitários, valores morais, cívicos e éticos, entre outros.

A diferença da análise de contexto proposta com as realizadas por abordagens clássicas ou positivistas é, conforme Rodrigues (2016), que o contexto trazido por estes é referenciado apenas à abrangência da avaliação, seja no nível macro ou micro, global ou setorial, enquanto na Avaliação em Profundidade, o contexto é composto por uma análise do momento político e das condições socioeconômicas em que foram formuladas as políticas ou programa. A diferença não é insignificante, pois o contexto focado na abrangência da avaliação é fragmentado e falha ao não inserir elementos da política que estão expressos em outras dimensões, como a econômica, política, social e cultural.

Nesse aspecto, Rodrigues (2008) está preocupada em se contrapor à compreensão focada, direcionada, que mesmo mais fácil, será sempre mais limitada. O contexto, nesse sentido, é parte de uma abordagem que procura abarcar as

dimensões no sentido longitudinal e latitudinal, como a autora salienta. Deve-se olhar à frente, abaixo, para os lados.

4 DEFININDO ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DE CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DO PDDE

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), política federal de transferência financeira, foi criado em 1995 pela Resolução CD/FNDE nº 12, com o objetivo inicial de descentralizar recursos financeiros federais para as escolas do ensino fundamental. Recebeu o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, com denominação substituída para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) via Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, reafirmada pela Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001.

Para construir a avaliação desse programa educacional utilizando a abordagem da avaliação em profundidade, especialmente em relação ao eixo da análise de contexto de sua formulação, sistematizou-se algumas demandas de compreensão, seguindo as diretrizes apontadas em Rodrigues (2008; 2011; 2016): (1) o momento político; (2) as condições socioeconômicas (3) o modelo político que sustenta o programa; (4) modelo econômico; (5) modelo social; (6) outras políticas e programas relacionados; e (7) marco legal.

O desafio metodológico, portanto, está em conseguir levantar e organizar os dados para auxiliar essa compreensão, sem que a análise fique demasiadamente, e desnecessariamente, profunda. Ainda mais quando sabe-se que programas como o PDDE, com mais de vinte e cinco anos de existência, são reformulados e têm o sentido alterado em diversos momentos.

Mesmo considerando apenas o momento político inicial, o marco zero da formulação do PMDE/PDDE, em 1995, ano de primeiro mandato de FHC, poder-se-ia tentar levantar dados sobre outros fenômenos políticos interconectados como, do ponto de vista nacional, o Impeachment de Collor, o Governo Itamar Franco, a gestão de Murílio Hingel no então Ministério da Educação, ou do ponto de vista internacional, em um mundo que deixava a bipolaridade, ao multilateralismo de ao conferências internacionais como a Rio-92, ou na própria educação, como a conferência de Jomtien na Tailândia.

Sobre isso, porém, Rodrigues (2016) destaca que o levantamento de dados terá sua extensão ditada pelas especificidades contextuais e históricas do próprio programa, e que, por ser uma avaliação calcada na epistemologia hermenêutica, a realidade informará ao pesquisador o que é primordial à análise, por isso o avaliador/ pesquisador deve estar aberto ao que observa, ouve e vivencia, sendo dessa imersão em campo que resultará uma boa ou má avaliação.

Assim na pesquisa em construção sobre o PDDE, observou-se a existência de tensões nos discursos do programa, que hora consideravam a participação em um sentido neoliberal e em outra a situavam em uma lógica mais democratizante da gestão escolar. Esse dado empírico, observado na análise de conteúdo do programa permitiu priorizar alguns itens da análise em torno da dimensão participativa do programa, o que não significa um olhar fragmentado apenas à dimensão educacional.

Partindo desses dados da análise de conteúdo da legislação do PDDE, chegou-se a três períodos-chave para compreender essa tensão neoliberalismo-democracia da participação social na gestão do programa, quais sejam: (1) De 1995 a 1997, quando o programa é desenhado e implementado pela primeira vez; (2) de 2003 a 2005, quando, no primeiro governo Lula, há uma mudança no discurso institucional e legal do programa em relação à dimensão democrática do programa; (3) de 2018 a 2020, quando o governo Bolsonaro utiliza-se constantemente de discurso antidemocrático.

Dessa maneira, para a pesquisa em andamento, avaliar a dimensão participativa do PDDE, e como ela foi formulada, demandará observar condições socioeconômicas, com o levantamento de dados além da educação, sobretudo sobre desigualdade, demografia, pobreza, exclusão social, renda, bem como elementos simbólicos como etnias, questões identitárias, e valores morais. Falar de participação no programa PDDE sem considerar essa contextualização, fragmentando-se apenas ao campo educacional, não parece ser compatível com a proposta de avaliação em profundidade pensada por Rodrigues (2008).

Por fim, outro aspecto que desafia o pesquisador, ainda mais em tempos de pandemia, é a adoção de entrevistas em profundidade abertas. Rodrigues (2019) é enfática quanto a essa modalidade, pois entrevistas abertas não conduzem o entrevistado a respostas e não lhe limitam o campo de reflexão.

No entanto, além do desafio, essa modalidade de entrevista pode fornecer ao avaliador / pesquisador categorias importantes de análise, o que auxilia e retroalimenta o levantamento de dados sobre o contexto de formulação.

5 CONCLUSÃO

A avaliação de políticas públicas ganhou ímpeto no Brasil em meio ao fortalecimento do gerencialismo (*New Public Management*), impelida por diretrizes de organismos multilaterais como BID e BIRD e circunscrita à dominância neoliberal. Tais movimentos deixaram marcas epistêmicas e ontológicas sobre a avaliação de políticas públicas, com teorias e métodos hegemônicos para a prática avaliativa.

Um movimento contrário, que já se apresentava em outros países, começa a ser pensado e divulgado nos anos 2000 no Brasil, no qual se inscreve a avaliação em

profundidade proposta por Rodrigues (2008). No entanto, ainda em 2021, a dominância do gerencialismo despolitizado continua a impactar as avaliações de políticas públicas, produzindo um conhecimento tecnicista e fragmentado.

O eixo da análise de contexto da proposta de Rodrigues (2008; 2011; 2016; 2019) foi o recorte encontrado para este trabalho como forma de demonstrar as diferenças entre perspectivas compreensivas e aquelas centradas na mensuração.

O caso empírico do PDDE evidencia as vantagens que uma análise de contexto aprofundada sobre o programa, qual seja, aquela que não é fragmentada apenas ao universo do programa em si, partindo da apreensão do momento político, social, econômico e cultural em que o programa foi formulado. Essas vantagens, no entanto, geram desafios para o pesquisador / avaliador, que deve abarcar as dimensões no sentido longitudinal e latitudinal, como Rodrigues (2008) salienta. Deve-se olhar à frente, abaixo, para os lados.

Na pesquisa da qual decorre este artigo, um achado na documentação foi essencial para definir o levantamento dos dados. O PDDE em seus anos iniciais não enfatizava na legislação termos relacionados à gestão democrática, à participação social, apesar de esse ser um dos objetivos do programa. A partir de 2004, percebe-se o reforço dessa dimensão participativa do programa, elencando-o como um dos meios para se alcançar a escola democrática. Em 2018, o país sofre uma enorme inflexão no discurso sobre democracia, com os arroubos golpistas e autoritários do presidente e de seus aliados, o que fez com que o período fosse escolhido para análise, para tentar captar os impactos nos discursos participativos do programa. Entender esse pêndulo discursivo sobre participação e democracia em três momentos de formulação e reformulação do PDDE são importantes para uma avaliação compreensiva do programa, partindo dos significados dos diversos sujeitos relacionados à política.

Uma análise de contexto fragmentada parece mais fácil, mas os desafios de uma avaliação em profundidade potencializam o trabalho do pesquisador que busca compreender a política e não apenas medir seus resultados.

Compreender os processos políticos inerentes à formulação e reformulação de políticas educacionais como o PDDE, ainda mais em tempos de malabarismos políticos que se camuflam em decisões técnicas, parece ser um exercício vital para produzir um conhecimento que não caia nas falsas dicotomias de avaliações supostamente neutras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 55.551, de 12 de Janeiro de 1965. Regulamento a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, que institui o Salário-Educação, e dá outras providências.** Brasília: [s.n.], 1965. Disponivel em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55551-12-janeiro-1965-395895-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jan 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília: [s.n.], 1967. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 14 jan 2021.

BRASIL. **Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.** Brasília: [s.n.], 1968. Disponivel em: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm>. Acesso em: jan 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; OLIVEIRA, Breynner Ricardo De; ARAÚJO, Edgilson Tavares De; GUSS, Alcides Fernando. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. e100521, 2021. DOI: 10.4322/rbaval202110005. Disponível em: https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202110005.

CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, p. 160–173, 2019.

DENHARDT, R. B.; J. CATLAW, T. **Teorias da administração pública**. Tradução de Noveritis. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 20, n. 59, p. 97–109, 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 18, n. 51, 2003. DOI: 10.1590/s0102-69092003000100004.

FISCHER, Frank. **Evaluating public policy**. Chicago: Nelson-Hall Publishers, 1995.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 29–37, 2008.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias para avaliar políticas públicas: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – MAPP da Universidade Federal do Ceará, Brasil. **Journal of Chemical Information and Modeling**, *[S. l.]*, v. 53, n. 9, p. 287, 2019.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

O'NEIL, C. **Weapons of math destruction:** how big data increases inequality and threatens democracy. New York: Crown Publishers, 2016.

OLIVEIRA, Breynner Ricardo De. Evaluar desde a América Latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. Janeiro/Junho nº 15, p. 50–65, 2019. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/41547.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de Políticas Públicas Sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, *[S. l.]*, v. 7, p. 7–16, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 16, p. 55–73, 2011. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/caos.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: Novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 103–115, 2016. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Lea-Carvalho.pdf.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação em profundidade e ecologia política : um diálogo possível. *[S. l.]*, n. 2010, 2019.

TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes De; OLIVEIRA, Alba Barbosa De. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: modelos tradicional e pluralista. **Revista Políticas Públicas**, *[S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 305–313, 2012. DOI: 10.18764/.